



**PORTARIA Nº 17, DE 16 DE JUNHO DE 2020.**

*Dispõe sobre a nomeação da Comissão de Tomada de Contas Especial.*

O **PREFEITO DE TIMÓTEO**, no desempenho de suas atribuições legais, especialmente as contidas no inciso XIV do art. 88 da Lei de Organização Municipal,


**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Constituir a Comissão de Tomada de Contas Especial do servidor público José Fernando Moreira Peixoto, com o objetivo de apurar, em tese, a acumulação de cargos e possível prejuízo ao erário público, entre outras medidas, os seguintes membros:

- I - Aline Mariana Dutra, matrícula nº. 4576.
- II - Simone Rossinele Rocha Torres, matrícula nº. 2619.
- III – Vinícius Xingó Tenório de Oliveira, matrícula nº. 4174.

**Art. 2º.** Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timóteo, 16 de junho de 2020;  
56º Ano de Emancipação Político-Administrativa.

  
**Douglas Willkys**  
Prefeito de Timóteo





**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO**

Av. Acesita, 3230 – São José - Timóteo - MG CEP: 35182-132

Fone: (31) 3847-4754 – Fax: (31) 3847-4745 ou 3847-4718

**CORREGEDORIA GERAL**

**Memorando:** COG – 020/2020

**De:** Corregedoria Geral

**Para:** Gabinete do Prefeito

**Data:** 14/05/2020

Despacho do Sr. Prefeito em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2020 (caso necessário)

ENCAMINHADO AO PROCURADOR GERAL PARA EXATAS DA PORTARIA NÚMERO 14/05/2020, SOLICITADO A SEC. DE ADMINISTRAÇÃO A INSCRIÇÃO DOS DEMAIS SERVIDORES. SOLICITADO AINDA A COMUNICAÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DAS MEDIDAS EFETIVADAS E EM ANDAMENTO.

Senhor Prefeito,

*Douglas Willkys*  
PREFEITO DE TIMÓTEO  
14-05-2020

Aportou perante esta Corregedoria Geral o ofício nº 41/2020/MBCM/MPC oriundo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, onde determina a Tomada de Contas Especial do servidor público José Fernando Moreira Peixoto, com o objetivo de apurar, em tese, a acumulação de cargos e possível prejuízo ao erário público, entre outras medidas.

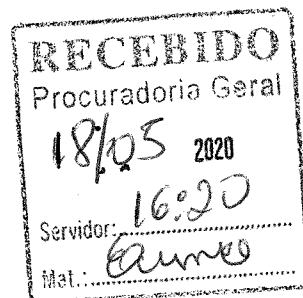
Assim sendo, esta Corregedoria Geral apresenta o nome do servidor público efetivo Vinícius Xingó Tenório de Oliveira, matrícula nº 4174, para integrar juntamente com outros 2 (dois) servidores a comissão de Tomada de Contas.

Ademais, informamos que a nomeação dos referidos servidores deve ser feita através de portaria do Chefe do Executivo do Município de Timóteo.

Por fim, solicitamos que após a instauração da Comissão de Tomadas de Contas Especial, encaminhe-se cópia da portaria para o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, conforme determinado no ofício supramencionado.

Atenciosamente,

*Thiago A. Castro*  
Thiago Andrade Castro  
Corregedor Geral





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Gabinete do Procurador Marcílio Barenco Corrêa de Mello

Ofício n. 41/2020/MBCM/MPC

Belo Horizonte, 17 de fevereiro de 2020.

Ao(À)  
Excelentíssimo(a) Senhor(a)  
**Douglas Willkys Alves Oliveira**  
Prefeito(a) Municipal de Timóteo  
Timóteo/MG

DESPACHO: Encaminhar a  
Procuradoria Geral para as  
providências devidas, com cópia  
a SEC DE ADMINISTRAÇÃO PARA CONVICIMENTO.  
fe  
28/02/2020

Assunto: **Instauração de Tomada de Contas Especial, requisita.**  
Ref.: Notícia de Irregularidade n. 006.2020.807

DESPACHO,

Senhor(a) Prefeito(a),

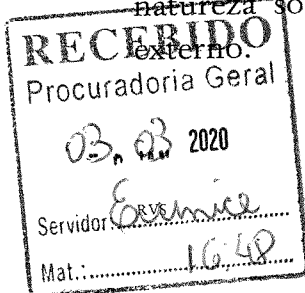
REMETO AO CORRECEDOR  
PARA INSTAURAÇÃO DO  
PROCEDIMENTO DE TOMADA DE  
CONTAS ESPECIAL.

Vimos por meio do presente, com fulcro no art. 67, inciso XII, alínea  
“c” da Lei Complementar estadual nº 34/1994 c/com art. 30 da Lei Complementar  
estadual nº 102/2008 c/c art. 130 da CR/1988, **remeter cópia de Decisão em Notícia  
de Irregularidade com cópia do inteiro teor (anexa), constando REQUISIÇÃO  
ministerial de instauração de Tomada de Contas Especial, que deverá ser instruída  
com todos os documentos e informações relacionadas no item 20 da Decisão  
supramencionada, objetivando apurar a prática de dano ao erário em virtude da  
acumulação ilícita de cargos/proventos praticado pelo(a) servidor(a) portador(a) de  
CPF nº 282.016.396-34.**

Frise-se que a remessa de documentos a este *Parquet* deverá ser realizada,  
**obrigatoriamente, em mídia digital (CD ou pen drive).**

Outrossim, deverá V. Exa. restar atenta aos prazos e procedimentos de  
comunicação, instauração e conclusão, **sob pena de responsabilidade solidária pelo  
dano ao erário apurado**, tudo nos termos do art. 47, da Lei Complementar estadual  
n. 102/2008, **independentemente de nova comunicação.**

Por fim, acaso haja **omissão de resposta no prazo de 60 (sessenta) dias**  
a contar do recebimento do presente, serão adotadas *incontinenti* as medidas cabíveis  
ao fiel cumprimento requisitório, com imputação da responsabilidade pessoal de  
natureza solidária, desde já fiscalizada por monitoramento em sede de controle





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Gabinete do Procurador *Marcílio Barenco Corrêa de Mello*

Procedimento n.: 006.2020.807  
Natureza: Notícia de Irregularidade  
Município(s): Timóteo, Antônio Dias, Coronel Fabriciano.

CÓPIA

## DECISÃO DE ARQUIVAMENTO SUMÁRIO

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator,

### I. RELATÓRIO FÁTICO

1. Em razão do Despacho n. 006/2020, da lavra da Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas, foi distribuído para este Gabinete a **Notícia de Irregularidade n. 006.2020.807**.
2. Trata a Notícia de Irregularidade em questão, em tese, de acumulação ilícita de cargos/proventos (Anexos I e III) com necessidade de apuração de eventual dano ao erário – ora ilícito, por atos ilícitos perpetrados pelo(a) **Sr(a). José Fernando Moreira Peixoto**, CPF n. 282.016.396-34.
3. Em consulta aos sistemas eletrônicos de controle e promoção de transparência, verificou-se que subsiste parcialmente vínculo entre o investigado e os Municípios (Anexo II).
4. Assim, de modo a esclarecer os fatos delineados, devem ser adotadas as seguintes medidas cabíveis.

### II. FUNDAMENTAÇÃO

5. A delimitação segura da existência de dano ao erário líquido (*quantum debeatur*) ou ilícito é justa causa para a deflagração de procedimentos investigativos administrativos ou penais, condição *sine qua non* para a instauração de procedimentos preparatórios ou inquérito civis.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Gabinete do Procurador Marcílio Barenco Corrêa de Mello

10. Notem-se, no sentido, as lições de José Armando da Costa<sup>2</sup>:

A **garantia do devido processo legal** não só assegura ao funcionário a feitura do procedimento disciplinar previsto na lei (sindicância e processo ordinário sumário), como **exige, por via de consequência, a existência de elementos prévios que legitimem tal iniciativa**. Não fosse a exigência desse pré-requisito, os procedimentos disciplinares - estribando-se em meros caprichos do administrador e podendo ser instaurados sem mais nem menos, isto é, sem a existência de indícios ou outros adinículos legais idôneos - a vida funcional do servidor público seria um constante transtorno recheado por uma insegurança jurídica. Daí porque **o aspecto mais democrático e importante do devido processo legal é a exigência desse imprescindível requisito de iniciação processual (*fumus boni iuris*), sem o qual ficaria o servidor público à mercê das trepidações emocionais dos seus superiores hierárquicos, os quais poderiam, assim, infelicitar, importunar e desassossegar os seus subalternos como bem lhe aprouvesse, já que não estariam vinculados a esse pressuposto legal**. [Grifos nossos].

11. Nessas condições, somente a permanência do exercício irregular das atividades funcionais de servidor público que desencadeie o descumprimento a deveres ou inobservância a proibições, **devidamente comprovados**, ou onde existem fortes indícios dessas infrações, é que poderiam ser apurados. No caso em testilha, há elementos que o servidor público que acumulara outros cargos, empregos e função pública ilicitamente, já se desincompatibilizou dos mesmos, fazendo cessar a ilicitude primeva. Contudo, resta aferir a existência de compatibilidade dos horários dos cargos exercidos e o cumprimento das jornadas de trabalho semanais de trabalho, para fins de verificação da prática ilícita danosa ao erário.

12. Em relação ao dano ao erário a ser eventualmente apurado, com base nos documentos submetidos nos autos, subsiste significativa dificuldade/impossibilidade em se apurar a existência de *quantum debeatur*, isto é, a quantia líquida e certa do dano a ser restituído aos cofres públicos, embora haja fundados indicativos de incumprimento de carga horária semanal, indicada pelo somatório de jornadas nos vínculos laborais descritos (Anexos I e II).

13. Elucidam a questão, os termos do art. 71, inciso II, da CR/88. Analisando-os à luz do princípio da simetria, tem-se que **todos** aqueles que deram causa a perda, extravio ou outra irregularidade que cause prejuízo ao erário, independentemente da esfera de poder, terão suas **contas** apreciadas pelo controle externo.

<sup>2</sup> COSTA, José Armando. **Controle Judicial do Ato Disciplinar**. Brasília Jurídica, 2002, p. 202/203.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Gabinete do Procurador Marcílio Barenco Corrêa de Mello

quantificar o valor devido, ou apurar-se-á a **quantia que, com segurança, não ultrapasse o valor devido** [Acórdão/TCU n. 80/95].

[...]

A comissão [de tomada de contas especial, âmbito interno] conclui seu trabalho quando verifica a ocorrência do motivo determinante da TCE, **define o valor do débito** e evidencia os indícios de autoria.

[...]

[Grifos nossos]

17. Decorrencia do exposto *supra* é que **a responsabilidade para apuração recai sob o gestor**, representante do ente federativo e então contratante do agente público praticante da ilicitude. É assim que o art. 4º, da Instrução Normativa TCEMG n. 03/2013, determina:

Art. 4º. A instauração da tomada de contas especial compete, salvo disposição legal ou regulamentar em contrário, **ao titular de cada órgão ou entidade jurisdicionada**, podendo essa competência ser delegada mediante ato formal devidamente publicado.

[...]

18. Calha frisar, nesta esteira, que as hipóteses de responsabilidade solidária da autoridade administrativa competente responsável pela instauração são especialmente tratadas no art. 47, *caput* e incisos, da Lei Complementar estadual n. 102/2008 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais). Afim ao caso, o excerto abaixo:

Art. 47. A autoridade administrativa competente, **sob pena de responsabilidade solidária, adotará** providências com vistas à instauração de **tomada de contas especial** para apuração dos fatos e quantificação do dano, quando caracterizadas:

[...]

IV - prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que possa resultar dano ao erário. [...]

[Grifos nossos].

19. A disposição do regramento claramente imperativa, **determina** a instauração da tomada de contas especial pelo gestor atual, **sob pena de responsabilidade solidária pelo dano apurado**.

20. Na situação *sub examine*, é fulcral que se instrua a tomada de contas especial com informações e elementos materiais e operacionais, tais como:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Gabinete do Procurador Márcilio Barenco Corrêa de Mello

Complementar estadual n. 102/2008), DECIDO, em juízo de cognição sumária, o que se segue:

- a) o **ARQUIVAMENTO SUMÁRIO** da presente Notícia de Irregularidade, com fundamentando no artigo 2º, § 1º, da Resolução MPCMG n. 14/2019;
- b) sem prejuízo, **DETERMINAR** aos atuais **Prefeitos Municipais** dos entes relacionados (Anexo III), com os quais o servidor público epigrafado manteve vínculo laboral em acumulação ilícita:
  - 1) a **INSTAURAÇÃO** da Tomada de Contas Especial, com encaminhamento ao Ministério Público de Contas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, de cópia da Portaria de nomeação da Comissão Processante e instauração da Tomada de Contas Especial, devendo ser conferido o rito procedimental e demais providências preconizadas nos termos da Instrução Normativa TCEMG n. 03/2013, sob pena, desde já, de responsabilidade solidária pelo dano erário apurado a atual gestor público, tudo nos termos do art. 47, da Lei Complementar estadual n. 102/2008;
  - 2) que encaminhem, no prazo de conclusão constante da Instrução Normativa TCEMG n. 03/2013, cópia do inteiro teor do procedimento de contas especiais, constando relatório final conclusivo da Comissão respectiva, com indicação das medidas adotadas perante a Corte de Contas, Ministério Público Estadual e advocacia pública municipal;
  - 3) que, em caso de apuração de dano ao erário, sendo o *quantum debeatur* devidamente apurado em valor de alçada indicado pela Corte de Contas (Instrução Normativa TCEMG n. 03/13 e atualizações):
    - i. sendo inferior, proceda o próprio ente municipal à execução judicial da cobrança apurada, se couber;
    - ii. sendo igual ou superior, remeta o feito concluído ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, para que seja autuado e processado na forma da Resolução TCEMG n. 12/2008 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais), se couber;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
*Gabinete do Procurador Marcílio Barenco Corrêa de Mello*

**ANEXO I**  
Consolidação dos vínculos trabalhistas existentes quando da  
fiscalização





**TRIBUNAL DE CONTAS  
DO  
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**22. JOSÉ FERNANDO MOREIRA PEIXOTO – CPF nº 282.016.396-34 – 5 vínculos:**

Descrição do cargo	Situação	Nat. jurídica	Órgão	Data de ingresso	Jornada semanal	Remuneração R\$
TECNICO NIVEL SUPERIOR III	Ativo	Efetivo	Prefeitura Municipal de Timóteo	29/07/1998	30h	10.392,12
MEDICO	Ativo	Emprego Público	Prefeitura Municipal de Antônio Dias	06/01/2017	16h	3.046,05
MEDICO PLANTONISTA CLINICA GERAL/HOSPITAL	Ativo	Servidor temporário	Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano	01/06/2017	24h	3.850,00
MEDICO CARDIOLOGISTA	Ativo	Servidor temporário	Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano	01/06/2017	24h	6.750,00
VEREADOR	Ativo	Agente Político	Câmara Municipal de Timóteo	01/01/2017	45h	7.560,33
<b>TOTAL CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO</b>					<b>128hs</b>	<b>28.328,46</b>



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
*Gabinete do Procurador Marcílio Barenco Corrêa de Mello*

**ANEXO II**  
**Resultado das consultas ao Cadastro de Agentes Públicos do  
Estado e dos Municípios de Minas Gerais- CAPMG**

**Data de checagem:**  
07/02/2020

**Mês de referência:**  
12/2019

**Município(s):**  
Timóteo

12/2/2019

JOSE FERNANDO MOREIRA PEIXOTO

UNIDADE FEDERATIVA: MUNICIPAL      MUNICÍPIO: TIMÓTEO      ENTIDADE/ÓRGÃO: CAMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO

TIPO DE PAGAMENTO: Mensal

RENDIMENTOS BRUTOS: R\$10.289,11

DESCONTOS: R\$2.534,58

RENDIMENTOS LÍQUIDOS: R\$7.754,53

TETO REMUNERATÓRIO: R\$12.000,00

UNIDADE FEDERATIVA: MUNICIPAL      MUNICÍPIO: TIMÓTEO      ENTIDADE/ÓRGÃO: CAMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO

TIPO DE PAGAMENTO: 13º (Décimo Terceiro)

RENDIMENTOS BRUTOS: R\$7.716,83

DESCONTOS: R\$1.718,45

RENDIMENTOS LÍQUIDOS: R\$5.998,38

TETO REMUNERATÓRIO: R\$12.000,00

UNIDADE FEDERATIVA: MUNICIPAL      MUNICÍPIO: TIMÓTEO      ENTIDADE/ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO

TIPO DE PAGAMENTO: Mensal

RENDIMENTOS BRUTOS: R\$26.350,09

DESCONTOS: R\$18.390,95

RENDIMENTOS LÍQUIDOS: R\$7.959,14

TETO REMUNERATÓRIO: R\$23.984,41

77

03/2014

JOSE FERNANDO MOREIRA PEIXOTO



UNIDADE FEDERATIVA: MUNICIPAL    MUNICÍPIO: TIMÓTEO    ENTIDADE/ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO

SITUAÇÃO: Ativo

DATA DE INGRESSO: 29/07/1998

NOME DO CARGO / FUNÇÃO PÚBLICA / EMPREGO PÚBLICO: TECNICO NIVEL SUPERIOR III

TIPO DO CARGO / FUNÇÃO PÚBLICA / EMPREGO PÚBLICO: EPU - Emprego público

REQUISITOS DO CARGO: Nível superior completo ou nível médio com especialização, exceto quando se enquadrar nos códigos 2 ou 3 (Ex: Magistrados, Técnicos em Contabilidade, etc)

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 30

SERVIDOR CEDIDO: Não

UNIDADE FEDERATIVA: MUNICIPAL    MUNICÍPIO: TIMÓTEO    ENTIDADE/ÓRGÃO: CAMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO

SITUAÇÃO: Ativo

DATA DE INGRESSO: 01/01/2017

NOME DO CARGO / FUNÇÃO PÚBLICA / EMPREGO PÚBLICO: VEREADOR

TIPO DO CARGO / FUNÇÃO PÚBLICA / EMPREGO PÚBLICO: APO - Agente político

REQUISITOS DO CARGO: Agente Político

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 36

SERVIDOR CEDIDO: Não

12



Ministério  
Público  
Folha nº

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
*Gabinete do Procurador Marclio Barenco Corrêa de Mello*

**ANEXO III**  
Cópia da Notícia de Irregularidade





# **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

## **Notícia de Irregularidade n. 006.2020.807 Procurador Marcílio Barenco**

A documentação encaminhada pela presidência do TCEMG e refere-se a acúmulo ilícito de cargo/provento, com eventual dano ao erário, relativamente ao servidor José Fernando Moreira

Peixoto.



15

## MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete da Procuradora-Geral Elke Andrade Soares de Moura

### DESPACHO nº 006/2020

**Documento nº:** Exp. 3856/2019/Pres.  
**Procedência:** TCEMG  
**Referência:** Malha Eletrônica de Fiscalização de Atos de Pessoal nº 01/17 - Verificação de acumulação de cargos e/ou proventos por agentes públicos a partir do Cadastro de Agentes Públicos do Estado e dos Municípios de Minas Gerais - CAPMG.  
Servidor: José Fernando Moreira Peixoto

#### À Coordenadoria de Apoio Operacional – CAOP,

A documentação apensa foi encaminhada pela Presidência do TCEMG e refere-se, em suma, a acúmulo ilícito de cargo/provento, com eventual dano ao erário, relativamente ao servidor **José Fernando Moreira Peixoto**.

O TCEMG relata que o acúmulo ilícito não mais ocorre e que as circunstâncias fáticas limitam a sua atuação para a apuração de eventual dano ao erário, o que demandaria o auxílio de outros órgãos, tendo em vista a dificuldade de se identificar qual o serviço público não teria sido efetivamente prestado pelo servidor.

À vista disso e considerando o disposto no art. 1º, §§ 1º e 2º, da Resolução MPC-MG nº 14, de 18 de dezembro de 2019, DETERMINO a autuação da presente documentação como notícia de irregularidade e sua distribuição a um dos Procuradores deste Ministério Público de Contas, observada a regra contida no §3º do citado artigo.

Belo Horizonte, 14 de janeiro de 2020.

  
Elke Andrade Soares de Moura  
Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

*Presidência*



**Exp.:** 3856/2019

**Da:** Presidência

**Para:** Ministério Público de Contas

**Ref.:** Malha Eletrônica de Fiscalização nº 01/17, que teve como objetivo identificar a acumulação de cargos e/ou proventos por agentes públicos a partir de informações do Cadastro de Agentes Públicos do Estado e dos Municípios de Minas Gerais – CAPMG.

Documentos protocolizados sob os nºs 9413/2018, 4144310/2018, 4743110/2018 e 4821410/2018.

**Data:** 2/12/19

Senhora Procuradora-Geral,

A Superintendência de Controle Externo, por meio do Expediente nº 851/19, submeteu à minha apreciação o Memorando nº 218/19, da Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal, relacionado à análise da documentação do servidor **José Fernando Moreira Peixoto, CPF nº 282.016.396-34**, decorrente da execução da Malha Eletrônica de Fiscalização n. 01/2017, aprovada pela Portaria nº 86/PRES./17, que teve como objetivo identificar a acumulação de cargos e/ou proventos por agentes públicos fora das situações permitidas pela Constituição da República, a partir de informações constantes da base de dados do Cadastro de Agentes Públicos do Estado e dos Municípios de Minas Gerais – CAPMG.

Conforme relatado pela Unidade Técnica, a execução da Malha Eletrônica trouxe indicativo de situações muito graves, tendo sido encontrados 40 (quarenta) CPFs detentores de 184 (cento e oitenta e quatro) vínculos, distribuídos em 87 (oitenta e sete) Municípios.

A Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal concluiu que, após diligências promovidas por este Tribunal junto aos Municípios contratantes, as situações de acumulações irregulares relacionadas a 40 (quarenta) CPFs, inicialmente identificadas na Malha Eletrônica de Fiscalização, foram regularizadas.



## SECRETARIA DA PRESIDENCIA

**De:** fabio azevedo <fabio.azevedo85080@gmail.com>  
**Enviado em:** sexta-feira, 27 de abril de 2018 16:39  
**Para:** SECRETARIA DA PRESIDENCIA  
**Cc:** gabinetepmt2017@gmail.com  
**Assunto:** responde oficio nº Ofício-Circular nº 7.352/2018 Ref.: Resultado da Malha de Fiscalização nº 01/2017, aprovada pela Portaria nº 86/PRES./2017  
**Anexos:** oficio 35 tce - servidores muitos vinculos.pdf



Prezada Diretora

Sra Luisa Pinho Ribeiro Kaukal

segue em anexo resposta do município de Timóteo, referente ao oficio supra mencionado. na oportunidade, conforme mencionado na resposta, encaminharemos as respostas do servidores mencionados.

Solicitamos confirmar recebimento

Fábio Silveira Azevedo  
OABMG 85080  
Sec. Municipal de Administração  
31-991245022

TIEMO PROTOCOLO 02/Mai/2018 10:42 0000009413



0000009413 / 2018

TIMOTEO



18

Estado de Minas Gerais  
Prefeitura Municipal de Timóteo  
Secretaria Municipal de Administração



Ofício nº 35/2018

De: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO

**Assunto: responde ofício circular nº 7352/2018**

**Ref. Malha de fiscalização nº 01/2017**

**Data: 27 de março de 2018.**

Ilustríssimo Senhor Conselheiro Presidente, Cláudio Couto Terrão

Após aportar a esta municipalidade o ofício supra mencionado, de imediato foi definido pelo prefeito municipal, o Sr. **Geraldo Hilario Torres**, pela suspensão imediata dos vencimentos dos servidores mencionados; Comunicação dos mesmos do teor do ofício e concessão de prazo de 05 dias úteis para que os mesmos realizem opção de vínculo na forma da Constituição Federal.

Sendo assim, atendendo determinação do ofício, informamos as medidas adotadas pela municipalidade e tão logo os servidores apresentem a opção de vínculo, ou caso não apresentem o município tomará as medidas cabíveis para rescisão dos contratos temporários ou abertura de Processo Administrativo, para os servidores efetivos de modo a extinguir os vínculos empregatícios.

Sendo assim, vencido o prazo mencionado Vossa Excelência será novamente informado das soluções para os casos mencionados.

Na oportunidade informamos que os servidores ficaram de providenciar as solicitações de rescisão dos vínculos, nos próximos dias,

Colocamos a disposição para demais esclarecimentos.

Atenciosamente,

  
Fábio Silveira Azevedo  
Secretário de Administração de Timóteo MG

**Estado de Minas Gerais  
Prefeitura Municipal de Timóteo  
Secretaria Municipal de Administração**

Ofício nº. **041/2018**

**DE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO**

**Assunto: Resposta ao ofício circular nº 7.352/2018 da Presidência**

Ilustríssimo Senhor Conselheiro-Presidente, Cláudio Couto Terrão.

Conforme solicitado no ofício supramencionado, vimos por este meio complementar as informações já enviadas no ofício 035/2018.

Informamos que os servidores Juliano Dantas de Menezes e Humberto Vaz Werneck Junior solicitaram demissão dos outros vínculo, mantendo vínculo apenas com o Município de Timóteo, conforme documentos anexo.

O servidor Tiago Tessário Sales, solicitou rescisão do vínculo com o Município de Timóteo, tendo a mesma se efetivado em 08/05/2018.

Quanto ao Servidor José Fernando Moreira Peixoto, embora devidamente cientificado, o mesmo informou que iria desfazer o vínculo com o Município de Antônio Dias e Coronel Fabriciano, permanecendo com os demais vínculos, porém não comprovou via documentos tal afirmação.

Colocamo-nos à disposição para demais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Timóteo, 11 de maio de 2018.

  
**FÁBIO SILVEIRA AZEVEDO**  
Secretário Municipal de Administração

**Estado de Minas Gerais  
Prefeitura Municipal de Timóteo  
Secretaria Municipal de Administração**



**MEMO: 0026/2018**

**DE: Secretaria Municipal de Administração**

**PARA: Recursos Humanos**

**DATA: 11/05/2018**

Despacho em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (caso necessário):

Prezados (a),

Aportou a essa secretaria o ofício circular nº 7.352/2018 da Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Ofício este relata a situação de 04 (quatro) servidores que estão em situação irregular por possuir vínculos empregatícios em desacordo com a Constituição Federal. Conforme determinação do TCE o Município deve tomar todas as medidas administrativas para o encerramento das irregularidades.


Sendo assim o Município comunicou todos os servidores mencionados no ofício para que façam a opção dos vínculos, sendo que até o presente momento apenas o servidor José Fernando Moreira Peixoto, não comprovou através de documentos o atendimento a determinação do TCE-MG sendo assim determino ao RH do município:

1 - Que se cumpra determinação do TCE-MG de suspender o pagamento do servidor José Fernando Moreira Peixoto, até que o mesmo comprove a opção de ficar com os vínculos até o limite constitucional.

2 - Que após a comprovação pelo servidor, retorne o pagamento do mesmo, com informação ao TCE, informando o número do ofício do TCE.

Timóteo, 11 de maio de 2018.

Desde já agradeço

  
**Fábio Silveira Azevedo  
Secretário Municipal de Administração**

*Recabi*  
*MA - 11/05*



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO



### **CERTIDÃO**

Certificamos para os devidos fins e a pedido da parte interessada que, revendo os arquivos desta Gerência, à vista de documentos de despesa e registro, deles verificamos constar que, **HUMBERTO VAZ WERNECK JUNIOR**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº. Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº. 675.569.816-49, matrícula 702.156, prestou serviços a Prefeitura, no período de **01/06/2017 à 31/12/2017**, mediante Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, na função de **Médico Plantonista Cirurgia Geral**, com lotação no Hospital Municipal José Maria Moraes.

**Certificamos ainda que**, o mesmo cessou seus atendimentos por motivo de rescisão de contrato a partir do dia **31/12/2017**, e que a mesma será processada na Folha de Pagamento de **Maior/2018**.

**Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano**, Gerência de Gestão de Pessoas, aos 08 dias do mês de maio de 2018.

Glória Flávia Teixeira Bessa  
**Gerente de Gestão de Pessoas**

Glória F. Bessa Teixeira  
Gerente de Gestão de Pessoas  
Mun. de Cel. Fabriciano - MG



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO



### **CERTIDÃO**

Certificamos para os devidos fins e a pedido da parte interessada que, revendo os arquivos desta Gerência, à vista de documentos de despesa e registro, deles verificamos constar que, **HUMBERTO VAZ WERNECK JUNIOR**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº. Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº. 675.569.816-49, matrícula 702.188, prestou serviços a Prefeitura, no período de **01/06/2017 à 27/04/2018**, mediante Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, na função de **Médico Cirurgião Corujão**, com lotação na Secretaria de Governança da Saúde.

**Certificamos ainda que**, o mesmo cessou seus atendimentos por motivo de rescisão de contrato a partir do dia **27/04/2018**, e que a mesma será processada na Folha de Pagamento de **Maior/2018**.

**Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano**, Gerência de Gestão de Pessoas, aos 08 dias do mês de maio de 2018.

Glória Fláudio Teixeira Bessa  
**Gerente de Gestão de Pessoas**

Glória F. Bessa Teixeira  
Gerente de Gestão de Pessoas  
PMS - Mun. de Cor. Fabriciano - MG

Márcia Maria Vieira Leite  
**Gerente de Atenção Básica à Saúde**

Márcia Maria Vieira Leite  
Gerente da Atenção Básica



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO

24



### CERTIDÃO

Certificamos para os devidos fins e a pedido da parte interessada que, revendo os arquivos desta Gerência, à vista de documentos de despesa e registro, deles verificamos constar que, **HUMBERTO VAZ WERNECK JUNIOR**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº. Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº. 675.569.816-49, matrícula 701.692, prestou serviços a Prefeitura, no período de **10/04/2017 à 27/04/2018**, mediante Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, na função de **Médico Ginecologista em Unidade Básica de Saúde**, com lotação na Secretaria de Governança da Saúde.

**Certificamos ainda que**, o mesmo cessou seus atendimentos por motivo de rescisão de contrato a partir do dia **27/04/2018**, e que a mesma será processada na Folha de Pagamento de **Maio/2018**.

**Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano**, Gerência de Gestão de Pessoas, aos 08 dias do mês de maio de 2018.

Glória Fláudio Teixeira Bessa  
**Gerente de Gestão de Pessoas**

Glória F. Bessa Teixeira  
Gerente de Gestão de Pessoas  
Pref. Mun. de Cel. Fabriciano - MG

Márcia Maria Vieira Leite  
**Gerente de Atenção Básica a Saúde**

Márcia Maria Vieira Leite  
Gerente de Atenção Básica



27



FC0928/38

 ☐ AR ☐ MP

Correios ☐ MP

PESO (kg)

**SEDE**

DY 31420038 0 BR



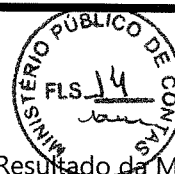
**SEDE**  
9912485370  
PM  
CONR



28  
28

## SECRETARIA DA PRESIDENCIA

**De:** fabio azevedo <fabio.azevedo85080@gmail.com>  
**Enviado em:** segunda-feira, 14 de maio de 2018 14:20  
**Para:** SECRETARIA DA PRESIDENCIA  
**Assunto:** esponde oficio nº Ofício-Circular nº 7.352/2018 Ref.: Resultado da Malha de Fiscalização nº 01/2017, aprovada pela Portaria nº 86/PRES./2017- Parte 2  
**Anexos:** 20180511150823402.pdf




Prezada Diretora

Sra Luisa Pinho Ribeiro Kaukal

Complementando informação enviada em 03/05/2018 segue oficio com comprovação da situação dos servidores.

A documentação será enviada via correio.

o Silveira Azevedo  
CABMG 85080  
Sec. de Administração  
31-991245022

TCMG PROTOCOLO 14/MAI/2018 15:58 0011943 MAO 10



TIMOTEO

0004144310 / 2018



Estado de Minas Gerais  
Prefeitura Municipal de Timóteo  
Secretaria Municipal de Administração



Ofício nº. 041/2018

DE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO

**Assunto: Resposta ao ofício circular nº 7.352/2018 da Presidência**

Ilustríssimo Senhor Conselheiro-Presidente, Cláudio Couto Terrão.

Conforme solicitado no ofício supramencionado, vimos por este meio complementar as informações já enviadas no ofício 035/2018.

Informamos que os servidores Juliano Dantas de Menezes e Humberto Vaz Werneck Junior solicitaram demissão dos outros vínculo, mantendo vínculo apenas com o Município de Timóteo, conforme documentos anexo.

O servidor Tiago Tessário Sales, solicitou rescisão do vínculo com o Município de Timóteo, tendo a mesma se efetivado em 08/05/2018.

Quanto ao Servidor José Fernando Moreira Peixoto, embora devidamente cientificado, o mesmo informou que iria desfazer o vínculo com o Município de Antônio Dias e Coronel Fabriciano, permanecendo com os demais vínculos, porém não comprovou via documentos tal afirmação.

Colocamo-nos à disposição para demais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Timóteo, 11 de maio de 2018.

  
**FÁBIO SILVEIRA AZEVEDO**  
Secretário Municipal de Administração



203157

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO



**CERTIDÃO**

Certificamos para os devidos fins e a pedido da parte interessada que, revendo os arquivos desta Gerência, à vista de documentos de despesa e registro, deles verificamos constar que, **HUMBERTO VAZ WERNECK JUNIOR**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº. Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº. 675.569.816-49, matrícula 702.156, prestou serviços a Prefeitura, no período de **01/06/2017 à 31/12/2017**, mediante Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, na função de **Médico Plantonista Cirurgia Geral**, com lotação no Hospital Municipal José Maria Moraes.

**Certificamos ainda que**, o mesmo cessou seus atendimentos por motivo de rescisão de contrato a partir do dia **31/12/2017**, e que a mesma será processada na Folha de Pagamento de **Maior/2018**.

**Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano**, Gerência de Gestão de Pessoas, aos 08 dias do mês de maio de 2018.

Glória Fláudio Teixeira Bessa  
**Gerente de Gestão de Pessoas**

*Glória F. Bessa Teixeira*  
Gerente de Gestão de Pessoas  
Pref. Mun. de Coronel Fabriciano - MG



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO



### CERTIDÃO

Certificamos para os devidos fins e a pedido da parte interessada que, revendo os arquivos desta Gerência, à vista de documentos de despesa e registro, deles verificamos constar que, **HUMBERTO VAZ WERNECK JUNIOR**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº. Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº. 675.569.816-49, matrícula 701.692, prestou serviços a Prefeitura, no período de **10/04/2017 à 27/04/2018**, mediante Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, na função de **Médico Ginecologista em Unidade Básica de Saúde**, com lotação na Secretaria de Governança da Saúde.

**Certificamos ainda que**, o mesmo cessou seus atendimentos por motivo de rescisão de contrato a partir do dia **27/04/2018**, e que a mesma será processada na Folha de Pagamento de **Maior/2018**.

**Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano**, Gerência de Gestão de Pessoas, aos 08 dias do mês de maio de 2018.

Glória Flausino Teixeira Bessa  
**Gerente de Gestão de Pessoas**

Glória P Bessa Teixeira  
Gerente de Gestão de Pessoas  
Pref. Mun. de Col. Fabriciano - MG

Márcia Maria Vieira Leite  
**Gerente de Atenção Básica a Saúde**

Márcia Maria Vieira Leite  
Gerente de Atenção Básica



DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMOTEO

19.875.020/0001-34  
FOLHA DO MES

TIMOTEO



UNIDADE: 020901 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
NOME: JULIANO DANTAS DE MENEZES  
CPF: 082.209.457-61 PIS/PASEP: 19020875194 MATRÍCULA: 4217 EMISSÃO: 03/05/2018  
Prov. por concurso: 2292 MEDICO - PSQUIATRA SITUAÇÃO: HORISTAS EST REFERÊNCIA: Abril/2018  
Prov. sem concurso: NÍVEL: TH000080D Admissão: 31/01/2008

Cód.	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA	VENCIMENTOS	DESCONTOS
P085	VENCIMENTO HORISTAS	90 Q	3.316,50	
P237	REPOUSO REMUNERADO		552,75	
P210	QUINQUENIO 5%		386,93	
D600	INSS	2 Q		12,58
D602	IRRF	11 %		318,68
P345	VALE ALIMENTACAO-EFETIVO	22.5 %	150,00	
			TOTAL:	TOTAL
			4.406,18	331,26
			VALOR LÍQUIDO	
			4.074,92	
Salário Base	Sal. Contr. Previdenciária	Base Cálculo FGTS	FGTS do Mês	Base Calc. IRRF
36,85	4.256,18	0,00	0,00	4.243,60

- CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Agência: 1462 Conta: 03700063791



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

*Presidência*

**CÓPIA**



**Ofício nº 12901/2018**

**Ref.:** Adoção das medidas sugeridas pela Superintendência de Controle Externo no Relatório de Avaliação de Resultados Parciais, relativo à Malha Eletrônica de Fiscalização nº 01/2017, aprovada pela Portaria nº 86/PRES/2017.

Belo Horizonte, 25 de julho de 2018.

Senhor Prefeito,

Conforme anteriormente informado a Vossa Excelência, por meio do Ofício-Circular nº 7.352/2018, de 24/4/18, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no exercício da competência inscrita no art. 1º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 102/2008, desenvolveu a Malha Eletrônica de Fiscalização nº 01/2017, com o objetivo de identificar a existência de acumulação de cargos e/ou proventos por agentes públicos fora das situações permitidas pela Constituição da República ou sem compatibilidade de horários.

Para realização desse trabalho, foram utilizadas as informações que compõem o Cadastro de Agentes Públicos do Estado e dos Municípios de Minas Gerais – CAPMG, as quais são autodeclaradas pelos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado e dos Municípios, incluídos todos os poderes, nos termos do disposto na Resolução TC nº 10/15.

Uma vez executada a Malha Eletrônica, verificou-se, a partir de informações prestadas por Vossa Excelência e pelos gestores de outros órgãos e entidades estaduais e municipais, a ocorrência de indícios de irregularidades consideradas graves nesse Município, por indicarem a existência de servidores que acumulam quatro ou mais cargos públicos, conforme vínculos constantes dos quadros abaixo:



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Presidência

**HELOÍSA RODRIGUES BITTAR HAUCK – CPF nº 459.412.706-15 – 4 vínculos:**

Descrição do cargo	Situação	Nat. jurídica	Órgão	Data de ingresso	Jornada semanal	Remuneração R\$
Médico II	Ativo	Emprego Público	Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano	03/01/1994	20h	5.131,62
Médico II	Ativo	Efetivo	Prefeitura Municipal de Ipatinga	02/01/2008	20h	6.263,92
Médico II	Ativo	Efetivo	Prefeitura Municipal de Ipatinga	16/07/2008	20h	6.062,32
Médico	Ativo	Efetivo	Prefeitura Municipal de Santana do Paraíso	08/11/2011	20h	5.583,05
<b>TOTAL CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO</b>					<b>80hs</b>	<b>23.040,91</b>

**HUMBERTO VAZ WERNECK JUNIOR – CPF nº 675.569.816-49 – 5 vínculos:**

Descrição do cargo	Situação	Nat. jurídica	Órgão	Data de ingresso	Jornada semanal	Remuneração R\$
Anal. Saúde E Assistência/Espec.	Ativo	Efetivo	Prefeitura Municipal de Timóteo	29/07/1998	30h	10.916,94
Médico Ginecologista	Ativo	Servidor temporário	Prefeitura Municipal de Jaguarauçu	01/02/2017	22h	3.402,29
Médico Cirurgião Corujão	Ativo	Servidor temporário	Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano	01/06/2017	30h	3.000,00
Médico-UBS- Ginecologia	Ativo	Servidor temporário	Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano	10/04/2017	30h	4.187,40
Médico Plantonista Cirurgia Geral/Hospital	Ativo	Servidor temporário	Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano	01/06/2017	24h	13.070,00
<b>TOTAL CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO</b>					<b>136hs</b>	<b>34.576,63</b>

Em razão disso é que Vossa Excelência, conforme acima mencionado, fora intimado, por meio do Ofício-Circular nº 7.352/2018, para que informasse, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a adoção das providências necessárias à regularização da situação funcional dos referidos agentes.

O prazo, contudo, transcorreu sem manifestação.

Assim sendo, considerando o quadro de extrema gravidade que permeia a matéria, dirijo-me novamente a Vossa Excelência, a fim de que, **no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias**, sejam informadas, no tocante aos aludidos servidores, as providências adotadas para o saneamento das irregularidades, com a apresentação dos documentos que comprovem o desligamento dos servidores, **caso tenha ocorrido**, ou apresentados os esclarecimentos pertinentes, na



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 19.875.046/0001-82



Coronel Fabriciano/MG, 29 de agosto de 2018.

Ofício : 0212/2018;  
Serviço : Secretaria de Governança Jurídica;  
Ofício referência : 12901/2018;- TCE/MG  
Assunto : informação/faz.

CORREIOS


TCEMG PROTOCOLADO 03/SET/2018 16:02 004803910

Ilustríssimo Senhor Conselheiro Presidente,

Apraz-me cumprimentá-lo por meio deste, reporto-me ao ofício em referência no qual requisita informações sobre as providências adotadas pelo Município de Coronel Fabriciano para o saneamento das irregularidades no tocante ao acúmulo indevido de cargos por agentes públicos.

Em atenção ao solicitado, informamos que os médicos José Fernando Moreira Peixoto, Tiago Tessaro Saleis, Carlos Roberto Ferreira de Lima, Heloísa Rodrigues Bittas Hauck e Humberto Vaz Werneck Júnior foram exonerados de seus respectivos cargos e atualmente não integram o quadro de servidores municipais, conforme documentos anexos.

Sem mais para o momento, subscrevemos com mais destacadas homenagens de respeito e consideração, colocando-me à disposição de V. Sa. para demais esclarecimentos, acaso necessário.

  
**Denner Franco Reis**  
Procurador-Geral do Município de  
Coronel Fabriciano/MG  
OAB 104.909 MG

Ilustríssimo Senhor,  
Cláudio Couto Terrão,  
Conselheiro-Presidente do Tribunal  
Av. Raja Gabaglia, nº1.315- Bair.



CORONEL FABRICIANO

0004803910 / 2018

03/09/2018 16:02

Praça Dr. Louis Ensich, n.º 64 – Centro – CEP 35.170-033 – Fone: (31) 3846-7000  
Endereço eletrônico: [www.fabriciano.mg.gov.br](http://www.fabriciano.mg.gov.br)





Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano

Praca Louis Ensich, 64 - Centro - CEP: 35170009 - Coronel Fabriciano - MG  
Telefone: 3846-7010 - FAX: - CNPJ: 19875046000182



FE-95

**DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO - Julho de 2018**

ADMISSÃO: 01/06/2017

**FUNCIONÁRIO / BENEFICIÁRIO**

702280 JOSE FERNANDO MOREIRA PEIXOTO

**CARGO / FUNÇÃO**

Contrato por Prazo determinado - Regido por Lei Municipal

Função: 6896 - MEDICO PLANTONISTA CLINICA GERAL/HOSPITAL, 01 - 01 - R\$ 1,00

**BANCO / AGÊNCIA / CONTA**

104 0894 037000722600

**LOTAÇÃO / CENTRO DE CUSTO**

PRO HOSPITAL (FES) - HOSP. JOSE MARIA MORAIS

**CPF**

28201639634

CÓD.	DESCRIÇÃO	VENCIMENTOS	DESCONTOS
133	FERIAS PROPORCIONAIS RESCISAO	2.365,47	
118	ADICIONAL DE FERIAS 50%	1.182,73	
415	13 SALARIO PROPORCIONAL	45,83	
658	INSS 13º SALARIO - 8 %		3,66

**HISTÓRICO**

FOLHA DE RESCISÃO 002 JULHO/2018

**TOT. VENCIMENTOS**

3.594,03

**TOTAL DESCONTOS**

3,66

**VALOR LÍQUIDO  
CREDITADO EM SUA  
CONTA CORRENTE**



**3.590,37**

**BASE PREVIDENCIA**  
45,83

**ALIQ. PREV (%)**

**BASE FGTS**  
0,00

**FGTS**  
0,00

**BASE IRRF**  
42,17

**DEP. S. FAMÍLIA**  
0

**DEP. IRRF**  
1

**MENSAGEM**

**Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano**

Praca Louis Ensich, 64 - Centro - CEP: 35170009 - Coronel Fabriciano - MG  
Telefone: 3846-7010 - FAX: - CNPJ: 19875046000182

**DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO - Julho de 2018**

FE-95

**FUNCIONÁRIO / BENEFICIÁRIO**

ADMISSÃO: 01/06/2017

702280 JOSE FERNANDO MOREIRA PEIXOTO

**CARGO / FUNÇÃO**

Contrato por Prazo determinado - Regido por Lei Municipal

Função: 6896 - MEDICO PLANTONISTA CLINICA GERAL/HOSPITAL, 01 - 01 - R\$ 1,00

**BANCO / AGÊNCIA / CONTA**

104 0894 037000722600

**LOTAÇÃO / CENTRO DE CUSTO**

PRO HOSPITAL (FES) - HOSP. JOSE MARIA MORAIS

**CPF**

28201639634

CÓD.	DESCRIÇÃO	VENCIMENTOS	DESCONTOS
133	FERIAS PROPORCIONAIS RESCISAO	2.365,47	
118	ADICIONAL DE FERIAS 50%	1.182,73	
415	13 SALARIO PROPORCIONAL	45,83	
658	INSS 13º SALARIO - 8 %		3,66

**HISTÓRICO**

FOLHA DE RESCISÃO 002 JULHO/2018

**TOT. VENCIMENTOS**

3.594,03

**TOTAL DESCONTOS**

3,66

**VALOR LÍQUIDO  
CREDITADO EM SUA  
CONTA CORRENTE**

3.590,37

**BASE PREVIDENCIA**

45,83

**ALIQ. PREV (%)****BASE FGTS**

0,00

**FGTS**

0,00

**BASE IRRF**

42,17

**DEP. S. FAMILIA**

0

**DEP. IRRF**

1

**MENSAGEM**

Nome do servidor	Órgão	Denominação do cargo	Carga horária semanal	AVULSAS SUGERIDAS PELA LUTIMERA 110/2018 e CONSTANTES NO OFÍCIO DA PRESIDÊNCIA	DOCUMENTOS ENCAMINHADOS	DILIGÊNCIA CUMPRIDA?	ANÁLISE DE DOCUMENTOS REFERENTE A CARGA HORÁRIA	PERÍODO DO CONTRATO	REGIME DE CUMPRIMENTO DA CARGA HORÁRIA	CONSIDERAÇÕES FINAIS
JOSE FERNANDO MOREIRA PEREIRO	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO DIAS	MEDICO	15	Informar as providências adotadas para o saneamento da irregularidade ou apresentados os esclarecimentos pertinentes, na hipótese de regularização da situação, bem como sejam encaminhados os documentos que comprovem a jornada de trabalho convencional ao servidor (folha que cria o cargo, contrato de trabalho ou documento equivalente) e que demonstrem o seu cumprimento pelo servidor (folha de pagamento ou documento equivalente).	Solicitado em 21/08/2018, conforme Termo de Rescisão contratual. Não enviou o resumo da documentação.	EM PARTE		02/01/2018 a 21/08/2018		
	PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO	MEDICO CARDIOLOGISTA	24	Sejam informadas as providências adotadas para o saneamento da irregularidade ou apresentados os esclarecimentos pertinentes, na hipótese de regularização da situação, bem como sejam encaminhados os documentos que comprovem a jornada de trabalho convencional (folha que cria o cargo, contrato de trabalho ou documento equivalente), bem como apresente documentos que demonstrem o cumprimento desta jornada pelo referido agente (folha de ponto ou documento equivalente).	Demonstrativo da rescisão em julho 2018. Não enviaram documento comprovando a jornada de trabalho nem o seu cumprimento.	EM PARTE		01/06/2017 a 27/04/2018	PLANTONISTA DE 01/06/2017 A 31/12/2017	CONSIDERANDO A AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO QUE COMPROVE O CUMPRIMENTO DA CARGA HORÁRIA NOS MUNICÍPIOS DE, FICA IMPOSSIBILITADO A ANÁLISE DA VIABILIDADE DO CUMPRIMENTO DA JORNADA DE TRABALHO PELO SERVIDOR.
	PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMOTEO	TECNICO NIVEL SUPERIOR III	30	Sejam informadas as providências adotadas para o saneamento da irregularidade ou apresentados os esclarecimentos pertinentes, na hipótese de regularização da situação, bem como sejam encaminhados os documentos que comprovem a jornada de trabalho convencional (folha que cria o cargo, contrato de trabalho ou documento equivalente), bem como apresente documentos que demonstrem o cumprimento desta jornada pelo referido agente (folha de ponto ou documento equivalente).	Documento enviado sem ofício, o município relata que o servidor alega que atualmente se possui dois cargos, ambos no município: Portaria nº 359/98 que nomeou o servidor no cargo de médico termo de rescisão do contrato de trabalho do município de Antonio Dias. Cardeiros do município de Coronel Fabriciano que afirma que o servidor não faz parte do quadro de funcionários do município	SIM				
	CAMARA MUNICIPAL DE TIMOTEO	VIZIADOR	45		Apresentou Termo de Rescisão Contratual datada das 21/08/18. Cardeiro e Demonstrativo Rescisão nos dois virtuais de Coronel Fabriciano.					





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

*Presidência*

CÓPIA



**Ofício nº 12897/2018**

**Ref.:** Adoção das medidas sugeridas pela Superintendência de Controle Externo no Relatório de Avaliação de Resultados Parciais, relativo à Malha Eletrônica de Fiscalização nº 01/2017, aprovada pela Portaria nº 86/PRES/2017.

Belo Horizonte, 25 de julho de 2018.

Senhor Prefeito,

Conforme anteriormente informado a Vossa Excelência, por meio do Ofício-Circular nº 7.352/2018, de 24/4/18, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no exercício da competência inscrita no art. 1º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 102/2008, desenvolveu a Malha Eletrônica de Fiscalização nº 01/2017, com o objetivo de identificar a existência de acumulação de cargos e/ou proventos por agentes públicos fora das situações permitidas pela Constituição da República ou sem compatibilidade de horários.

Para realização desse trabalho, foram utilizadas as informações que compõem o Cadastro de Agentes Públicos do Estado e dos Municípios de Minas Gerais – CAPMG, as quais são autodeclaradas pelos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado e dos Municípios, incluídos todos os poderes, nos termos do disposto na Resolução TC nº 10/15.

Uma vez executada a Malha Eletrônica, verificou-se, a partir de informações prestadas por Vossa Excelência e pelos gestores de outros órgãos e entidades estaduais e municipais, a ocorrência de indícios de irregularidades consideradas graves nesse Município, por indicarem a existência de servidores que acumulam quatro ou mais cargos públicos, conforme vínculos constantes dos quadros abaixo:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
*Presidência*



O prazo, contudo, transcorreu sem manifestação.

Assim, considerando o quadro de extrema gravidade que permeia a matéria, dirijo-me novamente a Vossa Excelência, a fim de que, **no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias**, sejam informadas as providências adotadas para o saneamento da irregularidade ou apresentados os esclarecimentos pertinentes, na hipótese de regularidade da situação, com a respectiva demonstração documental, bem como sejam encaminhados os documentos que comprovem a jornada de trabalho convencionalizada relativa a cada vínculo (lei que cria o cargo, contrato de trabalho ou documento equivalente) e que demonstrem o cumprimento dessa jornada pelos servidores (folha de ponto ou documento equivalente).

Reitero que a ausência de indicação das medidas adotadas no prazo estipulado poderá acarretar a autuação de representação no âmbito desta Corte de Contas para apuração dos fatos e dos respectivos responsáveis, bem como a aplicação de multa, no valor de R\$17.648,00 (dezessete mil seiscentos e quarenta e oito reais), nos termos do art. 85, III, da Lei Complementar Estadual nº 102/2008, por descumprimento de diligência do Tribunal.

Atenciosamente,

Cláudio Couto Terrão  
Conselheiro-Presidente

Senhor Benedito de Assis Lima  
Prefeito Municipal de Antônio Dias  
Rua Carvalho de Brito, 281 – Centro  
35177-000 – Antônio Dias / MG

35

TCM MG - SECRETARIA DA PRESIDENCIA

Num. Ofício:  
12897/2018

Destinatário:

EXMO. SR. BENEDITO DE ASSIS LIMA  
PREFEITURA MUNICIPAL

Endereço:

RUA CARVALHO DE BRITO - 281 -  
CENTRO  
35177000 - ANTONIO DIAS - MG



201812897

Mat : 19906

Alfonso de Santos  
NILTON AVELA DOS SANTOS

13671391

Ra

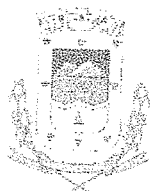
ENDL 10 PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ABRESE DE RETORNO DENTRO DE 15 DIAS

06 AGO 2018

CAIXA

INSCRIÇÃO DE IMÓVEL

01.01.2018



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO DIAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS

CORREIOS



TCMG PROTOCOLO 23/AGO/2018 15:14 0047431 MAD 10

Ofício nº 160/2018

De: Gabinete do Prefeito  
Para: Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Ref: Ofício nº 12897/18


Assunto: encaminha – informações e documentos

Exmo Senhor,

Em atendimento ao requisitado no expediente em epígrafe, encaminhamos anexo esclarecimentos acerca dos fatos requisitados, redigidos pelo Sr. Diretor Municipal de Saúde de Antônio Dias – MG, bem como documentação comprobatória.

Atendido ao requisitado, aproveitamos a ocasião para reiterar votos de estima e apreço.

Antônio Dias, 21 de agosto de 2018.

  
Benedito de Assis Lima  
Prefeito de Antônio Dias/MG

Exmo Sr.  
Cláudio Couto Terrão  
Conselheiro-Presidente – TCEMG – Belo Horizonte/MG  
Av. Raja Gabaglia, nº 1.315, Bairro Luxemburgo - CEP 30380-435

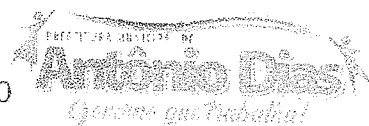


0004743110 / 2018

ANTONIO DIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO DIAS

Rua Carvalho de Brito, 281 - Centro (31) 3843-1331 / 3843-1324 - CEP 35177-000  
gabinete.pmad@gmail.com





PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO DIAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS



43

Antônio dias 10 de Agosto de 2018.

OFÍCIO: SMS\ 167 \2018

ASSUNTO: Resposta ao Tribunal de Contas de MG: Ofício nº 12897/2018

ORIGEM: Departamento Municipal de Saúde

Excelentíssimo Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, em resposta ao Ofício nº 12897/2018, venho por meio deste, esclarecer os fatos.

Esclarecendo os fatos descritos, o médico José Fernando Moreira Peixoto – CPF 282.016.396-34 que possuía acumulação de 5 vínculos empregatícios já não possui tal vínculos. Na **Prefeitura Municipal de Antônio Dias** o médico foi exonerado como segue em anexo a exoneração do ex-funcionário.

Em relação ao profissional Juliano Dantas de Menezes, segue em anexo a justificativa do mesmo com a regularização dos acúmulos de cargos.

Para melhores esclarecimentos, vale salientar que estou à inteira disposição.

Reiterando nossos votos de estima e consideração.

Respeitosamente,

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO DIAS

Rua Carvalho de Brito, 281 - Centro (31) 3843-1331 / 3843-1324 - CEP 35177-000  
gabinete.pmad@gmail.com

